

## Caderno de Provas

CCS 31 – NM

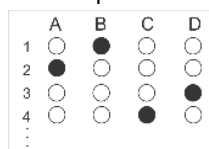
ORIENTADOR SOCIAL

Edital Nº. 001/2023 –  
Prefeitura / Câmaras Municipais do Seridó/RN

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala de provas, entregue a **Folha de Respostas** ao fiscal.
- Ao retirar-se definitivamente da sala de provas, antes de decorridas três horas do início das provas, deverá entregar também o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 5 (cinco) questões de Informática e 15 (quinze) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	30 pontos
Informática	05 questões	10 pontos
Conhecimentos específicos	15 questões	60 pontos
<b>TOTAL DA PROVA</b>	<b>30 questões</b>	<b>100 pontos</b>

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA**

**As questões de 01 a 10 referem-se ao texto a seguir.**

**Falácia do injustificável**

*Por Margareth Dalcolmo*

Inacreditável que, em meio a tantos problemas relevantes e preocupações no momento que vivemos, com guerras insanas, recrudescimento de ódios, vilipêndio de culturas, necessidade de reconstruir tanta coisa, e, por outro lado, maravilhas tecnológicas que nos inspiram e desafiam em torná-las acessíveis ao maior número de pessoas, estejamos diante de uma discussão sobre algo tão sobejamente nocivo, em todos os sentidos, como os dispositivos eletrônicos de fumar. Mas o fato é que nas últimas semanas se intensificou o assunto, sob a pressão de produtores e políticos, para que a regulamentação vigente no Brasil desde 2009 e ratificada em 2022 seja revista, liberando a comercialização.

Independentemente do teor de qualquer argumento, subjetivo ou científico, a configurar uma retórica construída sobre o que poderíamos definir como uma criação do mal, é preciso deixar claro, para os não iniciados nessa já cansada discussão, que após tentativas de captar novos adictos em nicotina, ao longo dos anos, com uso de filtros, seguidas de formulações chamadas “light”, surgem no mercado, nos últimos quinze anos, os dispositivos eletrônicos de fumar. Se fossem apenas suntuários e lúdicos, como tantos outros objetos de consumo da nossa contemporaneidade, seriam aceitáveis. Mas não. Surgiram da obstinação da indústria em lucrar, após a redução do número de fumantes em várias regiões do planeta. Eles não são inocentes, eles não podem ser travestidos de “redutores de danos” em pessoas que querem abandonar os cigarros convencionais, uma vez que contém altas doses de nicotina, que é a substância altamente viciante. Estamos assim a criar novas legiões de dependentes. E aos que nos questionam, então o porquê de ser reaberta essa discussão em consulta pública pela Anvisa, como ora ocorre, por sessenta dias, esclarecemos que esse é um procedimento de boas práticas em processos regulatórios, e não necessariamente modifica o racional.

O Brasil como país vitorioso em sua pioneira luta contra os cigarros convencionais de direitos individuais, reduzindo substantivamente o número de usuários de quase 40% para menos de 10% da população, também o é na regulação que criou, desde 2009, proibindo a comercialização de qualquer produto de tabaco aquecido em território nacional. É falacioso afirmar que fabricar, gerar empregos e impostos superaria os gastos com saúde em decorrência das doenças.

É repetitivo afirmar que há consenso entre especialistas que a indústria do tabaco seja responsável por causar dezenas de doenças e 12% dos óbitos no mundo, de acordo com as estimativas da OMS. O uso desses dispositivos desencadeou até mesmo o surgimento de uma nova doença, denominada Evali (Doença Pulmonar Associada aos Produtos de Cigarro eletrônico ou Vaping), que pode levar o paciente à UTI, ou mesmo à morte, em decorrência de insuficiência respiratória. É falacioso afirmar que o Evali foi apenas um surto, ocorrido nos Estados Unidos, causado por concentrações sem controle de substâncias, entre elas o THC.

É falsa também a informação que a utilização de dispositivos eletrônicos de fumar no país quase quadruplicou em 4 anos. Toda a publicidade para a venda desses produtos não tem como alvo os dependentes do cigarro tradicional, mas sim um novo mercado consumidor composto, principalmente, por jovens, adolescentes e até mesmo crianças. No Brasil, entre estudantes de 13 a 17 anos, 16,8% já experimentaram cigarro eletrônico, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (Pense), que contempla o período de 2009 a 2019.

Na reunião da Diretoria Colegiada da Anvisa dos últimos dias, houve manifestações subjetivas de pessoas, o que não deverá ser considerado em análise técnica frente aos relatórios absolutamente bem documentados com base na cronologia dos fatos científicos e experiências de regulamentação de outros países, apresentados nos votos dos diretores, em particular pelo Diretor Presidente Barra Torres. A Academia Nacional de Medicina também publicou contundente parecer contra qualquer liberação desses produtos.

Como os senhores da guerra, historicamente não matam, mandam matar e não morrem, mandam morrer, imagino que nenhum dono da poderosa indústria tabageira fume dispositivos eletrônicos ou estimulem que seus filhos o façam, em nome da preservação da saúde e do bem estar e tampouco se permitam a desfaçatez do argumento de “redução de danos”.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/a-hora-da-ciencia/>[acesso em dez. de 2023]

- 01.** Considerando a intenção comunicativa prioritária e a sua composição, o texto apresenta elementos caracterizadores do gênero
- A) reportagem, visto que uma jornalista apresenta um aprofundamento sobre um acontecimento ocorrido recentemente.
  - B) artigo científico, visto que uma jornalista apresenta dados científicos acerca de um tema de relevância social.
  - C) artigo de opinião, visto que apresenta um ponto de vista defendido por uma autoridade especializada no tema.
  - D) artigo de divulgação científica, visto que uma cientista analisa os resultados de uma pesquisa para a população.
- 02.** O texto apresenta uma linguagem, predominantemente,
- A) conotativa com tendência a um nível de maior informalidade, o que está adequado ao gênero textual.
  - B) denotativa com tendência a um nível de menor informalidade, o que está adequado ao gênero textual.
  - C) conotativa com tendência a um nível de menor formalidade, o que está inadequado ao gênero textual.
  - D) denotativa com tendência a um nível de maior formalidade, o que está adequado ao gênero textual.
- 03.** O texto organiza-se a partir de uma sequência, predominantemente,
- A) explicativa, por esclarecer o leitor sobre os impactos do uso nocivo dos dispositivos eletrônicos de fumar.
  - B) argumentativa, por problematizar a liberação e a comercialização dos dispositivos eletrônicos de fumar.
  - C) argumentativa, por propor a resolução da problemática do uso dispositivos eletrônicos de fumar a partir da regulamentação desse produto.
  - D) explicativa, por descrever, minuciosamente, os efeitos nocivos na saúde dos usuários de dispositivos eletrônicos de fumar.
- 04.** O propósito comunicativo dominante no texto é
- A) defender o uso dos dispositivos eletrônicos de fumar por aqueles que desejam abandonar os cigarros convencionais.
  - B) divulgar resultados de pesquisa para conscientizar os brasileiros sobre os efeitos do uso de dispositivos eletrônicos de fumar.
  - C) propor estratégias de enfrentamento à liberação e à comercialização dos dispositivos eletrônicos de fumar.
  - D) desconstruir o ponto de vista daqueles que defendem a liberação dos dispositivos eletrônicos de fumar.
- 05.** O título “Falácia do injustificável” remete ao fato de se
- A) divulgar informação falsa ou propositalmente distorcida sobre a inexistência de consenso na comunidade científica acerca dos efeitos do tabaco.
  - B) utilizar argumentos de autoridade científica para convencer os usuários a fazerem uso de cigarros eletrônicos.
  - C) estabelecer uma falsa relação entre o uso de cigarros eletrônicos e a diminuição de danos no tocante ao uso de cigarros tradicionais.
  - D) fazer uma conclusão baseada em poucas evidências ou em casos isolados, baseados em dados comprovados cientificamente.

06. Considere o período a seguir.

Eles não são inocentes, eles não podem ser travestidos de “redutores de danos” em pessoas que querem abandonar os cigarros convencionais, uma vez que contém altas doses de nicotina, que é a substância altamente viciante.

As aspas foram utilizadas para demarcar uma

- A) ironia.
- B) negação.
- C) citação direta.
- D) ênfase da expressão.

Para responder às questões 7 e 8, analise o parágrafo a seguir.

É falsa também a informação que a utilização de dispositivos eletrônicos de fumar no país quase quadruplicou em 4 anos. Toda a publicidade para a venda desses produtos não tem como alvo os dependentes do cigarro tradicional, mas sim um novo mercado consumidor composto principalmente por jovens, adolescentes e até mesmo crianças. No Brasil, entre estudantes de 13 a 17 anos, 16,8% já experimentaram cigarro eletrônico, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (Pense), que contempla o período de 2009 a 2019.

07. No último período do trecho, há uma

- A) citação indireta de uma voz autoritária e contrária ao posicionamento anterior.
- B) citação direta de uma voz autoritária e contrária ao posicionamento anterior.
- C) citação indireta, cuja finalidade é reforçar o posicionamento assumido, anteriormente, pelo autor.
- D) citação direta, cuja finalidade é explicitar um posicionamento refutado, anteriormente, pelo autor.

08. A palavra “até”, utilizada no parágrafo, trata-se de um

- A) preposição, indicando ideia de exclusividade e ironia.
- B) advérbio, funcionando com elemento de realce ou ênfase.
- C) preposição, sugerindo que as crianças também são consumidoras de cigarros eletrônicos.
- D) advérbio, sugerindo que as crianças não deveriam ser alvo do mercado de cigarros eletrônicos.

Para responder às questões 09 e 10, avalie o parágrafo a seguir.

É repetitivo afirmar que há consenso entre especialistas que a indústria do tabaco seja responsável por causar dezenas de doenças e 12% dos óbitos no mundo, de acordo com as estimativas da OMS. O uso desses dispositivos desencadeou até mesmo o surgimento de uma nova doença, denominada Evali (Doença Pulmonar Associada aos Produtos de Cigarro eletrônico ou Vaping), **que pode levar o paciente à UTI [1]**, ou mesmo à morte, em decorrência de insuficiência respiratória. É falacioso afirmar **que o Evali foi apenas um surto [2]**, ocorrido nos Estados Unidos, causado por concentrações sem controle de substâncias, entre elas o THC.

09. A interligação entre os dois últimos períodos é estabelecida por um conector elíptico. Um conector que pode ser utilizado para esclarecer a relação de sentido é o

- A) “por isso”.
- B) “porém”.
- C) “além disso”.
- D) “pois”.

10. Em relação às duas orações em destaque, é correto afirmar:

- A) A primeira oração exerce a função de substantivo.
- B) A primeira oração exerce a função de adjetivo
- C) As duas orações exercem função de adjetivo.
- D) As duas orações exercem a função de substantivo.

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – INFORMÁTICA**

11. Ao abrir o Explorador de Arquivos do Windows 10 Educacional e selecionar a opção "Documentos" no acesso rápido, o usuário pode criar uma pasta por meio do atalho
- A) CTRL+SHIFT+B
  - B) CTRL+SHIFT+Z
  - C) CTRL+SHIFT+N
  - D) CTRL+SHIFT+P
12. Para sublinhar uma palavra no programa Microsoft Word Professional Plus 2016 – PT-BR, o usuário deve utilizar o seguinte atalho do teclado:
- A) CTRL+N
  - B) CTRL+L
  - C) CTRL+M
  - D) CTRL+S
13. Ao abrir o navegador Google Chrome e pressionar no teclado CTRL+H, o usuário abrirá a janela de
- A) Histórico.
  - B) Downloads.
  - C) Extensões.
  - D) Configurações.
14. No navegador Edge da Microsoft, é possível abrir uma janela que não salva no computador os dados de navegação, arquivos temporários, histórico e *cookies*. Essa janela denomina-se
- A) Anônima.
  - B) InPrivate.
  - C) Privativa.
  - D) Primitiva.
15. A assistente pessoal criada pela Microsoft que auxilia os usuários no Windows 10 denomina-se
- A) Siri.
  - B) Alexa.
  - C) Cortana.
  - D) Bixby.

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

16. Em se tratando da Política de Assistência Social, é correto afirmar que, no âmbito municipal, as ações de proteção social básica organizam-se em torno do
- A) Centro de Serviços Sociais Municipal (CSM).
  - B) Centro de Convivência Social Municipal (CCSM).
  - C) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).
  - D) Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).
17. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio (PSB Domicílio) para pessoas com deficiência e idosos são os serviços que, juntamente com os programas, projetos e benefícios socioassistenciais integram
- A) as ações do Conselho Municipal da Assistência Social.
  - B) as ações da proteção social básica da Política de Assistência Social.
  - C) as ações específicas dos Conselhos Municipais: Tutelar; da Juventude e dos Idosos.
  - D) as ações afirmativas de proteção social às pessoas que sofrem com o preconceito.
18. As ocupações profissionais com escolaridade de ensino médio, que compõem as equipes de referência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), são reconhecidas pela Resolução nº 09/2014, emitida pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Essas ocupações são relevantes, pois o trabalho desses profissionais centram-se
- A) na gestão dos serviços, programas, projetos e benefícios, da transferência de renda e do CRAS e CREAS, diretamente relacionada às finalidades do SUAS.
  - B) no apoio ao provimento dos serviços, programas, projetos e benefícios, à transferência de renda e ao CadÚnico, diretamente relacionado às finalidades do SUAS.
  - C) na identificação das necessidades e demandas dos usuários dos serviços, programas, projetos e benefícios relacionados à finalidade do CRAS com relação ao SUAS.
  - D) na especialização técnica quanto à realização dos serviços do SCFV, PSB no domicílio e demais programas, projetos e benefícios, diretamente relacionada às finalidades do SUAS.
19. O Orientador ou Educador Social é uma função exercida por profissional com, no mínimo, nível médio de escolaridade, conforme dispõe a Resolução CNAS N.º 09/2014. Esse profissional tem atuação constante junto ao(s) grupo(s) do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Faz parte de suas atribuições profissionais
- A) visitar, regularmente, as famílias que são usuários do SCFV.
  - B) avaliar e definir a continuidade ou permanência dos usuários nos serviços socioassistenciais do SCFV.
  - C) organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades coletivas nas unidades e/ou na comunidade.
  - D) responsabilizar-se pelo planejamento e pela execução dos eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e/ou na comunidade.

- 20.** A Política Social encontra-se bastante acolhida na Constituição Brasileira de 1988. Nela, estão definidos direitos e deveres para o exercício da cidadania. Constituem-se, de acordo com o artigo 6º, entre outros direitos sociais, o direito
- A) de votar e ser votado, na forma da lei.
  - B) à naturalização aos estrangeiros, por consentimento.
  - C) à moradia e à assistência aos desamparados, na forma da lei.
  - D) ao alistamento militar, aos homens e mulheres, após os 18 anos.
- 21.** O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei N.º 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. A sua aplicação destina-se
- A) à criança, pessoa até 10 anos de idade incompletos; ao adolescente, aquela pessoa entre 11 e 17 anos incompletos. Assim, nos casos expressos em lei, aplica-se, excepcionalmente, esse Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e três anos de idade.
  - B) à criança, pessoa até 12 anos de idade completos; ao adolescente, aquela pessoa entre 11 e 18 anos de idade. Assim, nos casos expressos em lei, aplica-se, excepcionalmente, esse Estatuto às pessoas entre 18 e 21 de idade.
  - C) à criança, pessoa até 12 anos de idade incompletos; ao adolescente, aquela pessoa entre 12 e 18 anos de idade. Assim, nos casos expressos em lei, aplica-se, excepcionalmente, esse Estatuto às pessoas entre 18 e 21 anos de idade.
  - D) à criança, pessoa até 12 anos de idade incompletos; ao adolescente, aquela pessoa entre 12 e 18 anos de idade. Assim, nos casos expressos em lei, aplica-se, excepcionalmente, esse Estatuto às pessoas entre 18 e 23 anos de idade.
- 22.** Entre as questões tratadas no ECA, destacam-se os Direitos Fundamentais, entre eles o direito à vida e à saúde. O artigo 7º assevera que a criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam
- A) o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.
  - B) após o nascimento a participação nos programas sociais, desde que que comprove a vulnerabilidade social.
  - C) após o nascimento atendimento ao Sistema Único de Saúde (SUS) e, após os 3 anos, ser matriculado na escola de Educação Infantil.
  - D) ao nascer, o direito à vacinação contra as doenças e, após os 3 anos de idade, o acesso à educação pública e gratuita, para o seu pleno desenvolvimento.
- 23.** A Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, institui o Estatuto da Juventude. No que diz respeito ao direito à educação, o artigo 7º assevera que a Política Nacional de Educação no Campo contemplará a ampliação da oferta de educação para os jovens do campo
- A) em todos os níveis e modalidades educacionais.
  - B) obrigatoriamente no nível fundamental, para aqueles que não o concluíram na idade certa.
  - C) prioritariamente, no nível fundamental integrado à educação profissional, com fins de acesso ao mercado de trabalho.
  - D) nos níveis fundamental e médio quando, no recenseamento escolar, constar mais de 30% da população em idade escolar fora da escola.



24. As campanhas educativas fazem parte dos eventos organizados e coordenados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, principalmente, as campanhas em favor da defesa dos direitos humanos. Essas campanhas, em sua maioria, são realizadas de forma articulada, intersetorial, dentro dos municípios. A motivação que caracteriza a campanha realizada nacionalmente, sendo lembrada, anualmente, no dia 18 de maio, com o desenvolvimento de diversas ações, intitulada “Campanha Faça Bonito”, refere-se
- A) ao Dia Nacional do Idoso.
  - B) ao Dia Nacional da Educação Infantil.
  - C) ao Dia Nacional da Consciência Negra.
  - D) ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
25. Dada a sua amplitude, a educação abrange processos formativos que se desenvolvem nos mais diversos espaços: na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei N.º 9.394/1996, disciplina
- A) a educação popular, que se desenvolve, predominantemente, por meio das práticas culturais.
  - B) a educação escolar e familiar, pois é na escola que os pais encontram o apoio e as informações obrigatórias para educar os filhos.
  - C) a educação religiosa, pois as instituições de ensino devem adotar um conhecimento dogmático e religioso para trabalhar na escola.
  - D) a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.
26. Ainda considerando o que determina a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e suas atualizações, sabe-se que a educação é direito de todos e dever da família e do Estado. Para que se efetive o direito à educação escolarizada, a matrícula da criança em uma instituição de ensino torna-se obrigatória a partir dos
- A) 3 anos de idade.
  - B) 4 anos de idade.
  - C) 5 anos de idade.
  - D) 6 anos de idade.
27. No mundo do trabalho e, de forma específica, no campo de atuação do Orientador ou Educador Social, a ética profissional é uma qualidade imprescindível. Dito isso, analise o fragmento textual que segue:

Envolve a proteção e o resguardo dos profissionais e usuários envolvidos no processo. Quando violado, pode gerar, inclusive, uma ação judicial pelas partes. Apresenta-se de duas formas: na postura ética dos trabalhadores, orientada pelos códigos de ética de cada profissão; e, nos parâmetros desenvolvidos pela equipe de referência interdisciplinar, para o registro das informações divulgadas pelo usuário a outras instituições.

A descrição contida no fragmento está fazendo referência ao

- A) perfil profissional.
- B) sigilo profissional.
- C) estilo profissional.
- D) registro profissional.

28. Conceito que designa um processo de afastamento e privação de determinados indivíduos ou de grupos sociais em diversos âmbitos da estrutura da sociedade. Especificamente, as minorias étnicas e culturais sofrem, no Brasil, de forma histórica. A descrição se reporta à definição de exclusão

- A) etária.
- B) patológica.
- C) cultural e étnica.
- D) comportamental.

29. Sobre o acolhimento institucional, o artigo 5º do ECA assevera que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão (...)”, sendo dever constitucional da família, da sociedade e do Estado colocá-los a salvo de tais condições. O acolhimento institucional — ação voltada à criança e ao adolescente — constitui-se uma

- A) Medida Protetiva.
- B) Medida Coercitiva.
- C) Medida Punitiva.
- D) Medida Socioeducativa.

30. O fragmento textual abaixo está relacionado à forma como são utilizados os jogos e as recreações como prática educativa.

“São exercícios para compartilhar, unir pessoas, despertar a coragem para assumir riscos, tendo pouca preocupação com o fracasso e o sucesso em si mesmos, mas sim uma fonte de prazer” (PALMIERI, 2015, p. 245). Além disso, nos convida a uma reflexão sobre o tipo de relação que temos vivenciado em nossa sociedade como uma forma de vencer as desigualdades sociais.

A descrição contida no fragmento refere-se aos jogos

- A) escolares.
- B) olímpicos.
- C) competitivos.
- D) colaborativos.